



Ministério da Educação – Brasil
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM
Minas Gerais – Brasil
Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas
Reg.: 120.2.095 – 2011 – UFVJM
ISSN: 2238-6424
QUALIS/CAPES – LATINDEX
Nº. 19 – Ano X – 05/2021
<http://www.ufvjm.edu.br/vozes>

Participação Popular na Administração Pública: Estudo Multicaso com Três Grupos de Cidadãos

Lívia Maria Gomes Diniz
Graduada em Administração Pública
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM
E-mail: liviadiniz08@gmail.com

Prof^a. Grazielle Isabele Cristina Silva Sucupira
Doutoranda em Administração
Universidade de Brasília - UNB - Brasil
Docente da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM
<http://lattes.cnpq.br/9796496968062397>
E-mail: grazielle.silva@ufvjm.edu.br

Resumo: A participação popular revela-se uma forma de canalização e controle dos descontentamentos e frustrações dos cidadãos, facilitando uma melhor integração social e uma maior estabilidade política. Objetivando refletir sobre as ações relacionadas à participação popular realizou-se uma pesquisa por meio de questionário aplicado a três grupos de pessoas para diferir sobre a participação social e o meio no qual o cidadão está inserido. Os resultados indicam que a participação ainda não é considerada significativa e apesar de se apontar alto interesse nas questões políticas, este interesse não faz com que os participantes atuem em ambientes e instrumentos de participação popular. Percebe-se a importância de se investir na informação e no conhecimento dos cidadãos, pois os participantes estimulados por meio de processos pedagógicos possuem uma aprendizagem significativa, capaz de promover a mudança de comportamento. Verificou-se que os valores pessoais e sociais considerados mais importantes à democracia participativa foram solidariedade e democracia.

Palavras-chave: Administração pública. Participação popular. Democracia.

Introdução

A participação é um dos princípios da democracia, que se torna indissociável da mudança num contexto de contemporaneidade. Esta cultura traz à tona reflexões acerca do que é verdadeiro, dos valores importantes para a sociedade, da capacidade de criar e reconstruir, da visão de mundo e do processo de busca por melhorias para a sociedade de modo que a cultura seja norteadora dessas ações. A Constituição Federal de 1988 preconiza claramente que a democracia aconteça, mas para isso, a sociedade precisa se desenvolver de forma a participar de forma ativa da condução das ações a serem desenvolvidas pela administração pública junto à sociedade.

Atualmente a população convive com um extenso campo de informações, que são distribuídas em grande quantidade e das mais diversas formas por meio do uso das tecnologias. Uma realidade em todos os campos, facilitando a vida, encurtando a relação espaço-tempo e modificando as relações sociais, bem como abrindo os olhos para o novo, ampliando a consciência, levando a racionalizar, a adquirir novos conhecimentos e criando novos conceitos.

As notícias divulgadas trazem informações com tamanha rapidez e com grande repercussão. Em relação à política praticada no Brasil, é tão impactante que fizeram o povo brasileiro ir às ruas, em grandes manifestações, demonstrando que o caminho para a governabilidade é a participação, a manifestação popular. Muito se tem discutido sobre a necessidade de melhoria da qualidade na gestão pública brasileira e com o presente estudo pretende-se discutir a participação popular na administração pública. Esta deve começar com uma mudança em termos de conscientização da população em termos de participação e fazer valer os seus direitos políticos.

O objetivo deste artigo é compreender como acontece a participação popular junto a três grupos populares: alunos do curso de Administração Pública de uma universidade federal, funcionários de uma Escola Estadual e moradores de um bairro no município de Curvelo/MG. Para isso realizou-se uma pesquisa que usou como instrumento de coleta de dados um questionário estruturado com questões objetivas de múltipla escolha aplicado a 50 cidadãos, sendo estes moradores de um

bairro comum, funcionários públicos e estudantes do curso de graduação em Administração Pública.

Participação Popular

A qualidade da administração pública é algo de suma importância para que um país se desenvolva e cresça, tanto economicamente como politicamente. E para que um país possa ter qualidade nos serviços públicos prestados à população, é necessário também que essa população tenha uma participação mais efetiva na administração pública.

Portanto, se faz imprescindível a ampla participação popular para a execução, fiscalização e observância dos atos que são praticados pela administração pública.

Ao longo da história percebe-se que a humanidade começou a lutar pelo direito de participar das decisões sobre os assuntos importantes para o futuro e o presente das suas nações. O termo utilizado para designar a participação popular no governo é democracia (BOBBIO, 1986, p. 315).

Nesse sentido, a democracia é uma forma de governo no qual o poder e a responsabilidade cívica são exercidos por todos os cidadãos, diretamente ou através dos seus representantes. Assim, o modelo estatal conquistado pelos brasileiros é o Estado Democrático de Direito.

A Constituição Federal tem como princípio fundamental, a participação dos cidadãos na gestão pública, pois esta participação é um direito, estritamente ligado à dignidade da pessoa humana. O artigo 1º, parágrafo único, da Constituição expõe o princípio da soberania popular, expressão esta "todo o poder emana do povo". E é o povo que exerce o poder através de seus representantes na forma definida pela Constituição.

A participação popular revela-se uma excelente técnica de canalização e controle dos descontentamentos e frustrações dos cidadãos, facilitando uma melhor integração social e uma maior estabilidade política. A participação propiciaria o aumento do grau de conscientização dos indivíduos, os quais tornam cômicos de seus interesses e de que se encontram habilitados a promovê-los (MACHADO, 1982. p. 37-38).

A participação é requisito de realização do próprio ser humano e para seu desenvolvimento social requer participação nas definições e decisões da vida social. (SOUZA, 2004, p. 83).

Concentra-se o presente trabalho nas diversas oportunidades que se abrem para a mudança do cenário político pela participação do povo e mudando os discursos alicerçados em preceitos que não se comprovam e não se comprovam nas atuais estruturas técnico-sociais contemporâneas.

A Constituição Federal prevê a participação popular e por isso é necessário a compreensão dos tipos de participação popular. Rocha (2011) construiu um quadro teórico com entendimentos sobre participação popular divididos em três categorias básicas para análise das formas de representatividade da participação popular inseridas na gestão pública:

- Participação popular comunitária: surgiu na área da educação, a fim de responder ao grave problema em que a pobreza traz a educação. A principal característica é o direcionamento aos mais pobres, através das escolas comunitárias, que objetivavam ressaltar os valores da educação, do trabalho e do coletivismo conduzindo ao progresso. Para estas concepções a comunidade era definida como social e culturalmente homogênea, com identidade própria e uma suposta predisposição à solidariedade e ao trabalho voluntário de autoajuda. O Estado incita em muitos casos, a capacidade de a comunidade unir-se, organizar-se, esforçar-se, enquanto solução em si mesma. A população deixa de ser insensível a uma ação controladora e passa a cumprir um papel minimamente ativo e consciente (ROCHA, 2011).
- Participação popular contestatória: Este tipo de participação surge nos anos 70, com sentido claro de luta e de contestação contra as restrições governamentais ao tentamento de conquista da educação pelas classes populares. Já este espaço de participação ultrapassa os limites do setor de educação, alcança o conjunto da sociedade e do Estado e acontece uma radicalização da prática de participação ao se articular à mobilização dentro dos estabelecimentos de educação, como as formas de luta, resistência e organização destas classes. A aproximação do Estado é tida como cooptação. E o real sentido da participação, nesta teoria, é de acumular

forças para a batalha permanente pela mudança geral do modelo existente (ROCHA, 2011).

- Participação popular cidadã e o controle social do Estado: O Estado democrático e de direito adotam a necessidade da defesa da sociedade contra excessos que o funcionamento da máquina estatal poderá criar, através da divisão de funções entre os poderes públicos e de mecanismos de controle, em nome da sociedade. Este tipo de participação surgiu nos anos 80, feito pela sociedade através da presença e da ação organizada de seus segmentos. Surgem os diversos atores sociais, cuja diversidade de interesses e projetos integra a cidadania, disputando com igual legitimidade espaço e atendimento pelo poder estatal (ROCHA, 2011).

A participação cidadã diferencia-se da participação social e comunitária, na medida em que não busca realizar funções próprias do Estado, como a prestação de serviços e não se constitui na mera participação em grupos ou associações para defesa de interesses específicos ou simples expressão de identidades. Essa dimensão da participação popular, própria da sociedade civil, é a que garante o exercício da democracia para além dos espaços formais de poder e da representatividade eleitoral. Esta perspectiva leva em conta os interesses do conjunto da população, em especial dos excluídos e dos pobres, e tenta refletir uma visão abrangente e integrada do território, da sociedade e das questões do desenvolvimento. (ROCHA, 2011, p.3)

Outra concepção a respeito dos tipos de participação popular divide as formas de participação popular em duas grandes modalidades: formas de participação direta, como, por exemplo, a iniciativa popular legislativa, o referendo, o plebiscito; e formas de participação indireta, como a participação por meio de ouvidor, ou através da atuação em conselhos (DI PIETRO, 1993, p. 129).

Serão consideradas duas grandes modalidades: a participação direta e a participação indireta. Formas de participação direta como o direito de ser ouvido. Trata-se de direito relacionado com o direito de defesa, com o princípio do contraditório, com o devido processo legal. Normalmente, quando se fala em direito de defesa, logo se pensa em processo disciplinar. Mas, na realidade, esse direito de ser ouvido deve ser assegurado em todas as hipóteses em que haja limitações ao exercício dos direitos individuais. Formas de participação indireta, a antecipação popular em órgãos de consulta. A consulta é um procedimento que surgiu nos regimes autoritários; porque o monarca, tendo

que decidir sozinho, acabava por se cercar de conselheiros. Depois de instaladas as democracias, manteve-se o procedimento da consulta, mediante a criação, junto à Administração Pública, de inúmeros órgãos consultivos (conselhos, comissões, grupos de trabalho, comitês), alguns com funcionamento permanente, outros provisórios, mas sempre contando com representantes da sociedade. (DI PIETRO, 1993, p. 129).

Metodologia da Pesquisa

A presente pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa exploratória, que normalmente assume a forma de pesquisa bibliográfica ou estudo de caso.

O tipo de pesquisa será estudo multicase, pois, é uma investigação que se assume como particularística, debruçando-se sobre uma situação específica, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico de três grupos distintos.

Segundo Gil (2010) a pesquisa científica tem como foco principal chegar à verdade dos acontecimentos, portanto ela se diferencia dos demais tipos de conhecimento por este motivo. Desta forma, a pesquisa, quanto aos meios, se caracteriza em bibliográfica e de campo, pelo fato que buscou-se o embasamento teórico do tema para posteriormente ser realizada a pesquisa de campo, onde mostra o que realmente acontece no cotidiano das pessoas. “A pesquisa bibliográfica é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral” (VERGARA, 2007, p. 48).

Ainda conforme Vergara (2007), a pesquisa de campo é uma investigação empírica realizada no ambiente ou local que ocorreu algum fenômeno ou que de certo modo necessita de elementos para que consigam ser explicados. Entende-se que esse tipo de pesquisa é dotado de técnicas para coleta de dados, realizada principalmente por meio de observações no cotidiano, onde são obtidas informações verdadeiras de um grupo de indivíduos ou fenômenos sociais.

No que se refere à abordagem da pesquisa, essa se classifica como quantitativa e qualitativa, de forma a adotar prováveis formas de pesquisa técnica, utilizando o embasamento teórico fundamentados em livros e artigos, os relacionando com a literatura.

O universo pesquisado envolveu o cidadão comum usuário dos serviços públicos, o funcionalismo público e estudantes de Administração Pública, escolhidos para exemplificação e entendimento do trabalho. Já amostra foi composta por 10 moradores do bairro Bela Vista no Município de Curvelo/MG, por 20 alunos do 7º Período do Curso de Administração Pública do Polo Diamantina da UFVJM, e com 20 funcionários da Escola Estadual Bolivar de Freitas também do Município de Curvelo/MG, levantando dados sobre o nível de participação do contexto político em que estão vivendo.

Quanto ao critério de escolha da amostra a ser pesquisada, esta foi selecionada intencionalmente. A principal vantagem da amostragem intencional está nos baixos custos de sua seleção (GIL, 1999). Com o objetivo de confrontar as respostas dos participantes de forma a não comprometer a pesquisa, sendo com diferentes realidades: Estudantes de Administração Pública, moradores de um bairro da cidade e funcionários de uma escola, que além de usufruir dos serviços públicos, também trabalham no serviço público. Acredita-se que estes segmentos possuem critérios e perfis diferentes, tais como, cultura, nível de escolaridade, classe social. A partir destes dados pode-se responder se o cidadão está desperto e interagindo democraticamente em seu contexto político.

Para maior percepção do comportamento e atitudes dos colaboradores, foi feito uma pesquisa com os participantes através de um questionário estruturado com questões objetivas de múltipla escolha sobre o assunto em pauta.

Posteriormente ao recolhimento dos questionários aplicados à amostra selecionada, os dados foram quantificados utilizando o programa Excel, do pacote Office 2007.

Conforme Santos (2007), o que se obtém no final de toda coleta de dados é o conjunto de informações anotadas, que descrevem de certa forma as ideias que se avaliam relacionado à ampliação do entendimento previsto no objetivo. Deste modo, os dados colhidos foram minuciosamente analisados, para que se consiga compreender e avaliar os resultados demonstrados.

Os dados coletados foram organizados e apresentados em gráficos e ilustrações, e tratados através de estatística descritiva. Na análise estatística foi aplicada, para a variável estudada, a estatística descritiva (frequência).

A Participação Popular Entre os Grupos Pesquisados

Ao analisar o perfil dos entrevistados, verificou-se que 55% dos respondentes são do sexo masculino e 45%, do sexo feminino. Em relação à faixa etária, o maior percentual dos participantes da pesquisa tem idades entre 30 a 40 anos (40%), 35% tem idade entre 40 a 50 anos e 25% entre 20 a 30 anos.

Quanto ao nível de instrução, 52% possuem o Ensino Médio completo e 34% Ensino Superior completo e 11% possuem Ensino Fundamental e 3% não possuem o Ensino Fundamental completo.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2013), a escolaridade média da população de 25 anos ou mais aumentou de 2002 a 2012, passando de 6,1 para 7,6 anos de estudo completos, sendo que 40,1% das pessoas dessa faixa etária alcançaram 11 anos de estudo ou mais. O aumento da escolaridade foi mais intenso para os 20% “mais pobres”, cujo crescimento foi de 58%, enquanto os 20% “mais ricos” apresentaram uma elevação de 10% na média de anos de estudo entre 2002 e 2012.

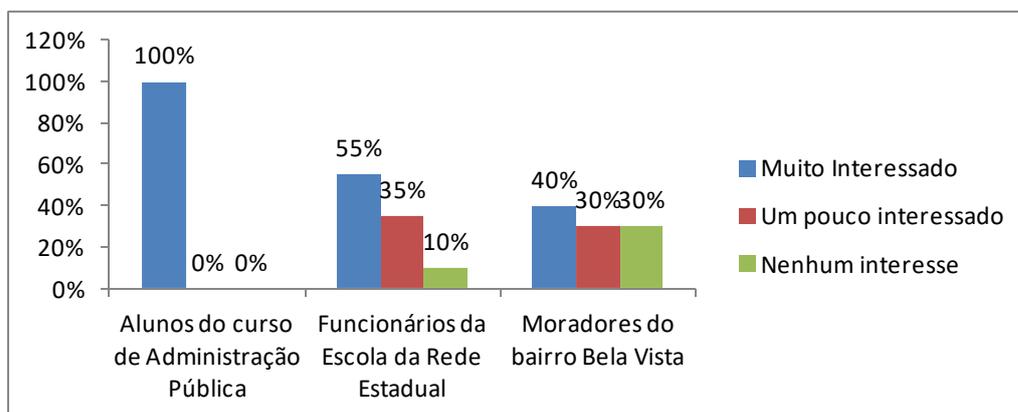
As questões seguintes tinham por objetivo comparar o interesse em política, por isso questiona-se aos respondentes sobre como avaliam o interesse por política, se participam de alguma atividade de cunho político ou social.

É interessante notar que há discrepâncias consideráveis entre as respostas em relação ao interesse e a participação em movimentos que envolvem a Administração Pública e as Políticas Públicas quando se analisa os dados separando os alunos do Curso de Administração Pública, os funcionários da rede estadual de ensino e os moradores do bairro em três categorias. Pela Figura 1, percebe-se que 100% dos alunos do curso de Administração Pública participantes da pesquisa indicaram muito interesse por política.

As respostas obtidas pelos alunos podem estar relacionadas à área do curso que realizam. O Projeto Pedagógico do Curso procura formar profissionais com responsabilidades perante a sociedade. Esta seria uma provável justificativa a questão do elevado grau de interesse em participação da vida política destes estudantes. As respostas dos estudantes do curso de Administração Pública demonstram que o indivíduo adaptado ao ambiente mais politizado dos poderes, órgãos e entidades governamentais, através do estudo, adquire os conhecimentos

necessários à boa gestão, como o gerenciamento de recursos financeiros, humanos e materiais, mas principalmente dos objetivos públicos, coletivos oriundos das negociações que ocorrem com as políticas.

Figura 1 – Interesse e Participação Política



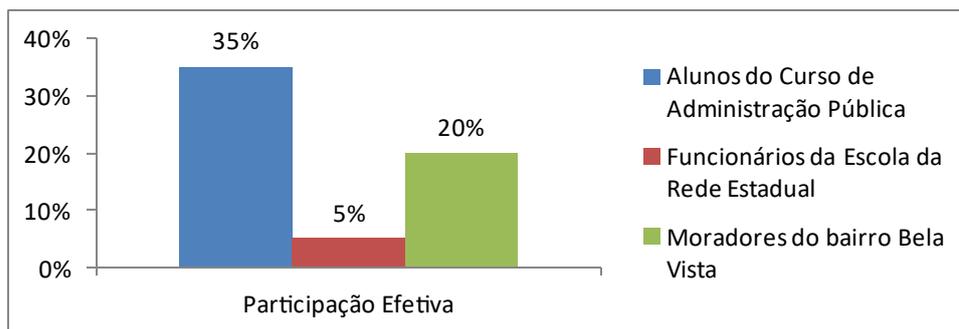
Fonte: Resultados da pesquisa

Quanto a proporcionalidade da participação dos estudantes do curso de administração pública, apenas 35% dos alunos participam efetivamente de atividades e movimentos políticos, conforme Figura 2. Estas respostas ajudam a mapear o nível de interesse que as pessoas têm relacionadas a administração da máquina pública e se isso se efetiva em práticas participativas.

Fleury (1997, p.20) ressalta que “aprendizagem é o processo de mudança, resultante de prática ou experiência anterior, que pode vir, ou não, a manifestar-se em uma mudança perceptível de comportamento”. Por meio da aprendizagem as pessoas podem adaptar-se ao meio em que vivem, fazendo com que haja maior adaptabilidade e flexibilidade diante dos inúmeros cenários.

Sendo assim, acredita-se que os estudantes participantes da pesquisa, tendem a uma maior participação política em um futuro próximo; pelo motivo de que um dos objetivos do curso de Administração Pública da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), exposto no projeto pedagógico, é de capacitar o estudante frente aos desafios e as peculiaridades da região, considerando a função social da qual ele deve exercer, preocupados com a relevância social dos produtos de seus trabalhos.

Figura 2 - Participação Efetiva



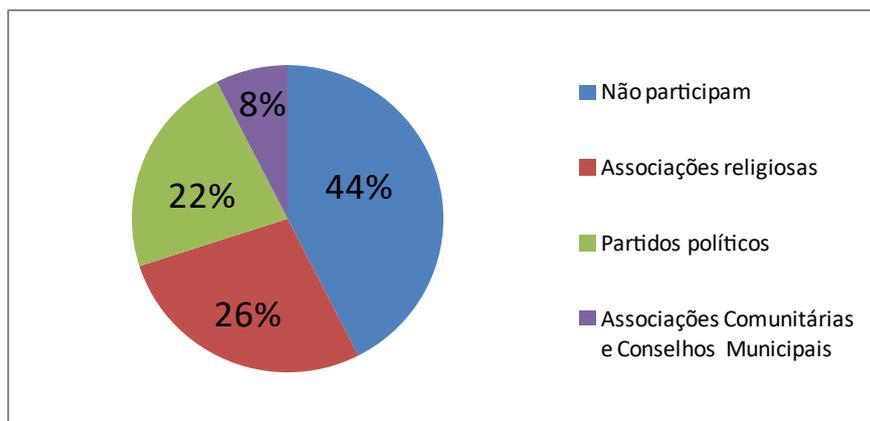
Fonte: Resultados da pesquisa

Ainda na Figura 1, verifica-se que o mesmo não ocorre com as respostas dos funcionários da Escola Estadual Bolívar de Freitas. Mesmo estes inseridos em uma instituição de ensino pública, que preza pelo conhecimento, os resultados mostram que muitos funcionários não possuem interesse por política, o que é indicado pelo fato de apenas 55% dos funcionários entrevistados se mostrarem interessados pelo tema. Analisando-se a participação no Gráfico 2, o percentual reduz-se consideravelmente. Apenas um funcionário participa efetivamente de atividades políticas. O interesse aliado a prática, cria novos caminhos e traz benefícios para as pessoas e para o ambiente no qual estão inseridas.

Os moradores do bairro Bela Vista possuem pouco interesse por política e sua participação é proporcional ao interesse, uma baixa participação de 20% do total dos entrevistados.

Quanto à participação efetiva em atividades políticas, foram analisadas juntas as respostas de todos os participantes, obtendo-se os dados apresentados na Figura 3. Verificou-se que a maior parte dos entrevistados, representando 44% do total, não participa de nenhuma atividade. Dentre os que têm atuação em alguma atividade política, a atividade de maior relevância foi a relativa a associações religiosas, com 26%, seguido da participação em partidos políticos (22%), e, finalmente, 8% participam de Associação Comunitária e Conselhos Municipais.

Figura 3 – Atividades Políticas



Fonte: Resultados da pesquisa

Conforme visto, são 3 os tipos de participação popular mencionados por Rocha (2011). A participação popular comunitária, participação popular contestatória e participação popular cidadã. O que se pode perceber no gráfico 3 sobre as atividades de participação é que o tipo de participação mais verificada entre os participantes da pesquisa é o primeiro tipo de participação, que é a participação popular comunitária, representada pelo percentual dos participantes nas associações religiosas e também em associações comunitárias. A participação popular cidadã e o controle social também está presente entre os participantes da pesquisa, estando relacionadas à participação em conselhos municipais.

Outro fator que é interessante destacar é que nenhum dos entrevistados participa de movimentos sociais, como movimento negro, movimento das mulheres, movimento da terceira idade, movimento de portadores de necessidades especiais, movimento sem-terra e ou sem teto. Os movimentos sociais são “ações sociais coletivas de caráter sócio-político e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas” (GOHN, 2003, p. 13).

As distinções apresentadas por Moreira Neto (1992), que ordenou os problemas relacionados à participação popular em três níveis de dificuldades, apontam como possível resposta a este indicador.

A apatia política, falta de estímulo para ação cidadã, está diretamente ligada à falta de informação sobre os direitos e deveres dos cidadãos; sem vias de comunicação direta com o Estado; é também a falta de resposta a solicitações e de tradição. A abulia política, é tida como o não querer participar da ação cidadã,

relaciona-se, por sua vez, com o descrédito quanto a manifestação do cidadão ser levada em consideração pela administração pública, bem como pela falta de reconhecimento e estima coletiva para atividades de participação cidadã e finalmente a acracia política, que implica em não poder participar da ação cidadã, a acracia diz respeito ao baixo grau de escolarização dos requerentes; do excesso de formalismo administrativo, ausência da prática de conversão de solicitações orais em solicitações formalizadas; à falta de esclarecimento dos direitos e deveres das partes nos processos administrativos e complexidade das normas administrativas. (MOREIRA NETO, 1992).

Com relação aos participantes entrevistados, a resposta pode estar relacionada a abulia política, porque os entrevistados conhecem seus direitos e deveres, então não pode estar relacionada a apatia política, e também não pode estar relacionada a acracia política pelo fato de poderem participarem, não possuem baixo grau de escolarização e entendem do processo administrativo.

Também buscou-se evidenciar a busca por conhecimento sobre contexto político, sendo as perguntas relacionadas à forma de busca de informação e se o entrevistado costuma ler notícias sobre política e com que frequência. Verificou-se que 100% das participantes adotam como veículo de informação a internet, ou seja, todos os entrevistados procuram informações sobre política pela internet. A opção jornais e revistas obteve um percentual baixo de apenas 12,0%, já 27% das pessoas utilizam a televisão como veículo de informação e apenas 2% usam o rádio, com o menor índice dentre as opções disponíveis.

A internet é o meio de comunicação e informação que mais cresce no Brasil e um fenômeno que muda o mundo desde o final do século XX. O acesso à internet cresceu 143,8% entre a população com 10 anos ou mais de 2005 para 2011, de acordo com os dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2013).

Segundo Recuero (2000), a internet é o primeiro meio a conjugar duas características dos meios anteriores: a interatividade e a massividade. O primeiro meio a ser, ao mesmo tempo, com o alcance da televisão, mas com a possibilidade de que todos sejam, ao mesmo tempo, emissores e receptores da mensagem.

Castells (1999) cita que com o surgimento deste novo meio, diversos paradigmas começam a ser modificados e a sociedade depara-se com o advento do

ciberespaço, um espaço novo, não concreto, mas igualmente real sugere uma reconfiguração dos espaços já conhecidos, das relações entre as pessoas e da própria estrutura de poder.

A informação passa a constituir a matéria-prima de sociedade, fonte não apenas de capital, mas também de poder. E um espaço inteiramente constituído de informação, como a internet, passa a ter um papel central nessa nova sociedade, tanto em termos de circulação de capital, como de reconfiguração do espaço e das relações sociais. (CASTELLS, 1999).

Já em termos da frequência com que os participantes se informam sobre política, percebeu-se que quase metade dos entrevistados busca se informar quase todos os dias (46%). O restante se dividiu em pelo menos uma vez por semana com 34%, e aqueles que buscam informações de vez em quando, situação apontada por 20%.

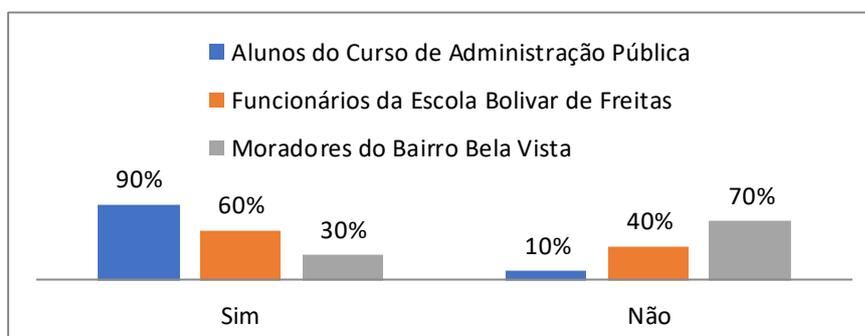
A informação também é uma necessidade social e por isso mesmo, um direito da sociedade, dado que constitui base para a estabilidade e o direito de uma comunidade de solucionar seus problemas e crescimento, assim a liberdade de informação é substancial para a democracia. Ao promover o intercâmbio de ideias, permitir a formação de opinião pública livre reformula as baseados direitos políticos de participação e exerce um controle frente às autoridades. No entanto, percebe-se que a relação entre liberdade e responsabilidade, remete ao debate sobre a ética e qualidade informativa (CABALLERO, 1999).

Quanto à obrigatoriedade de participação obteve-se um indicador ao lançar no questionário a pergunta: caso o voto no Brasil fosse facultativo, você sempre votaria nas eleições. Dividindo por categorias, tem-se que 90% dos alunos votariam, 10% não, conforme dados da Figura 4. Na escola, as respostas dos funcionários foram 60% sim e 40% não e os moradores do bairro Bela vista teve 30% que sim e 70% que não.

Podem-se perceber as diferenças encontradas nas respostas, relacionando as três categorias: os moradores do bairro demonstram não ter interesse em participar do processo democrático, somente o fazem pelo fato de ser obrigatório. Já os funcionários públicos, os índices demonstram que possuem interesse, já que a maioria votaria voluntariamente. E novamente os estudantes do curso de

Administração Pública possuem o índice que aponta muito interesse no processo de democratização, 90% votaria voluntariamente.

Figura 4 – Voto Facultativo



Fonte: Resultados da pesquisa

Este indicador poderia explicar a questão “direção da vida política”. Para o filósofo, Tocqueville (1998), o individualismo corrompe o espírito cívico e a virtude pública, gera o descaso com a coisa pública e a submissão a um governo tutelar e têm origem na separação dos cidadãos uns dos outros e no abandono pelo interesse público decorrente do enaltecimento da vida privada.

Não há, no Brasil atual, uma educação política e cívica amadurecida, que contribuiria com o processo democrático. Há uma deficiência de instrução e conscientização da população brasileira no sentido de desenvolver uma mentalidade crítica e política e ter consciência de preservação do patrimônio público e da moralidade administrativa. (BARBACENA, 2009, p. 26).

De acordo com o artigo 14 da Constituição Federal de 1988, a lei maior garante que soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos. Ainda, ela estabelece que constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil construir uma sociedade livre, justa solidária, que busque eliminar a pobreza, a marginalidade, reduzindo as desigualdades sociais e consequentemente, provendo o bem de todos sem nenhum preconceito.

Mas para que isto aconteça, faz-se necessário a participação efetiva da população de maneira geral. A participação pode ser compreendida como um processo no qual homens e mulheres se descobrem como sujeitos políticos, exercendo os direitos políticos, ou seja, uma prática que está diretamente

relacionada à consciência dos cidadãos e cidadãs ao exercício de cidadania, às possibilidades de contribuir com processos de mudanças e conquistas. A participação é requisito de realização do próprio ser humano e para seu desenvolvimento social requer participação nas definições e decisões da vida social. (SOUZA, 2004, p. 83).

Outro questionamento é se o contexto político é assunto discutido em casa. Obtiveram-se as seguintes respostas dos participantes, conforme Gráfico 9: 60% sim, e 28% não, os outros 12% não tem filhos.

A grande maioria dos jovens quando se interessa pela política é baseado nas predileções familiares quando debatidas em ambiente familiar. Entre todos os grupos humanos, a família desempenha um papel primordial na transmissão da cultura e educação, exercendo esta função nos processos fundamentais do desenvolvimento psíquico, na construção da estrutura comportamental do indivíduo (LACAN, 2002).

A família é o espaço indispensável para garantir a sobrevivência de desenvolvimento e da proteção integral dos filhos, e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como vem se estruturando. É a família que propicia os aportes afetivos e, sobretudo materiais, necessários ao desenvolvimento e bem estar dos seus componentes. Ela desempenha um papel decisivo na educação formal e informal, é em seu espaço que são absorvidos seus valores éticos e humanitários e onde se aprofundam os laços de solidariedade. É também, seu interior que constrói as marcas entre as gerações e são observados valores culturais (KALOUSTIAN, 1994, p. 12).

A família tem função primordial na construção do indivíduo, afinal, o melhor lugar para crianças crescerem é no seio de uma família e está diretamente relacionada ao contexto político inserido. A cidadania se constrói pela participação direta e indireta dos cidadãos, enquanto sujeitos políticos, não apenas para a solução de seus problemas sentidos, sem espaços públicos onde as decisões coletivas possam ser cumpridas, mas também para um processo de radicalização democrática, através do desempenho instituinte, transformador da própria ordem na qual operam (BAIERLE, 2000, p.192).

Os valores pessoais e sociais são importantes para o bom funcionamento da sociedade como um todo. A fim de avaliar os valores pessoais e sociais dos participantes e relaciona-los à pesquisa, foi perguntado quais os valores pessoais e

sociais considera mais importantes (Tabela 1). Os resultados demonstraram que a opção solidariedade: espírito de grupo e respeito ao outro e a vida obteve a maioria das respostas, sendo indicado por 82% dos pesquisados. A opção democracia: soberania e a participação popular nas decisões políticas foi apontada como segundo maior valor pessoal e social (78%) e as responsabilidades compartilhadas e consciência do coletivo foi apontado por 72 % dos pesquisados.

Tabela 1 - Valores Pessoais e Sociais

PERGUNTAS	FREQUENCIA	PORCENTAGEM
Solidariedade: espírito de grupo e respeito ao outro e à vida.	41	82%
Democracia: soberania e participação populares nas decisões políticas.	39	78%
Responsabilidades compartilhadas, consciência do coletivo.	36	72%
Pluralismo e diversidade: respeito e convivência entre diferentes culturas e opções de vida.	27	54 %
Cultura de paz e recusa à violência.	25	50%
Cidadania: participar da vida da cidade exercendo direitos e deveres.	24	48%
Comportamento ético: conduta humana incorruptível e benéfica.	23	46%
Sustentabilidade: viver o presente sem inviabilizar o futuro.	21	42%
Simplicidade, naturalidade, espontaneidade.	8	16%
Individualismo: priorizar sempre os interesses	1	2%

Fonte: Resultados da pesquisa

A análise destas respostas leva a perceber que por meio da participação consciente e efetiva moldada nos anseios pessoais e de valores sociais voltados a geração de comprometimento no bem estar de todos irá contribuir com o progresso da Administração Pública natural e verdadeiramente.

Considerações Finais

O direito de participação popular na gestão pública é uma das conquistas da sociedade assegurados pela Constituição Federal, onde a participação popular tem grandes oportunidades de discutir e opinar sobre as necessidades mais urgentes podendo agir juntamente com os gestores públicos na elaboração e consecução das políticas públicas de desenvolvimento.

Analisando os resultados obtidos pode-se perceber a importância de se investir na informação e no conhecimento dos cidadãos; uma vez que os participantes que são estimulados por meio de processo pedagógico, pareceram possuir uma aprendizagem significativa, capaz de promover a mudança de comportamento. Verificou-se ainda que a participação dos sujeitos envolvidos com a pesquisa ainda não é considerada significativa, pelo motivo de que o interesse nas questões políticas é alto, mas não faz com que os participantes atuem na prática.

Os resultados demonstraram ainda que os valores pessoais e sociais importantes ao funcionamento da democracia participativa obtiveram o maior percentual, como a opção solidariedade e a democracia. O veículo de informação mais utilizado entre os participantes é a internet. Por fim, conclui-se que se informar sobre o contexto político do país é importante. A solução dos problemas sociais passa pela reflexão de cada cidadão sobre sua participação na sociedade e os benefícios coletivos que podem ser alcançados.

Como limitação desta pesquisa, destaca-se a necessidade de uma análise pormenorizada de cada mecanismo de interface da cidadania com os serviços públicos prestados, com o intuito de dimensionar quantitativa e qualitativamente a participação dos diversos setores da sociedade civil, envolvendo seus interesses e suas contribuições para a construção de uma Administração Pública de qualidade. Também, a utilização de uma amostra mais representativa dos segmentos sociais.

REFERÊNCIAS

- BARBACENA, J. M. *Ação popular e participação política: um diálogo com a teoria democrática de Aléxis de Tocqueville*. Urutáguia, Maringá, n. 17, p. 18-28, jan./mar. 2009.
- BAIERLE, Sérgio Gregório. A explosão da experiência: emergência de um novo princípio ético-político nos movimentos populares urbanos em Porto Alegre. In: ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina. et al. (org) *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.
- BOBBIO, Norberto. *Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1986.
- CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. (A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. Vol.1). São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Participação Popular na Administração Pública. *Revista Trimestral de Direito Público*, São Paulo, n. 1, 1993, pp. 128-139.
- FLEURY, Afonso; LEME, Maria Teresa. *Aprendizagem e inovação organizacional: as experiências de Japão, Coréia e Brasil*. 2 ed. São Paulo, Atlas, 1997.
- GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Sistema IBGE de Recuperação Eletrônica (SIDRA)*. 2013. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 06 mar. 2015.
- KALOUSTIAN, S. M. *Família Brasileira a base de tudo*. 4 ed. São Paulo: Cortez; Brasília, UNICEF, 2000.
- LACAN, J. *Os complexos familiares*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- MACHADO, João Baptista. *Participação e descentralização*, 1982. p. 37-38.
- MOREIRA NETO, Diogo Figueiredo. *Direito da Participação Política*. Rio de Janeiro, Renovar, 1992.
- RECUERO, Raquel da Cunha. *A Internet e a Nova Revolução na Comunicação Mundial*. Ensaio apresentado a PUC/RS, Dezembro de 2000. Disponível em: <<http://www.raquelrecuero.com/revolucao.htm>> Acesso em: 08 abr. 2015.

ROCHA, José Cláudio. A participação popular na gestão pública no Brasil. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 16, n. 2886, 27 maio 2011. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/19205>>. Acesso em: 20 maio 2014.

SOUZA, Rodriane de Oliveira. Participação e controle social. In: SALES, Mione Apolinário; MATOS, Maurílio Castro; LEAL, Maria Cristina (Org.). *Política social, família e juventude: uma questão de direitos*. São Paulo: Cortez, 2004, p. 167-187.

TOCQUEVILLE, Aléxis de. *A democracia na América*. Tradução, prefácio e notas: Neil Ribeiro da Silva. 2. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1998.

Processo de Avaliação por Pares: (*Blind Review*)

Publicado na Revista Vozes dos Vales - www.ufvjm.edu.br/vozes em: 05/2021

Revista Científica Vozes dos Vales - UFVJM - Minas Gerais - Brasil

www.ufvjm.edu.br/vozes

UFVJM: 120.2.095-2011 - QUALIS/CAPES - LATINDEX: 22524 - ISSN: 2238-6424